

FUTUROS MULTIESPÉCIE: um manifesto a partir do Sul diante do Antropoceno capitalista¹

FUTUROS MULTIESPECIE: un manifesto desde el Sur ante el Antropoceno capitalista

Berenice Vargas GARCÍA²

Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa (UAM-I)

David Varela TREJO³

Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH)

Anna Carolina Cunha PINTO⁴

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Yan Gardson da Cruz COSTA⁵

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

¹ Texto publicado originalmente em espanhol, por Berenice Vargas García e David Varela Trejo em 08 de março de 2024. GARCÍA, Berenice Vargas; TREJO, David Varela. Futuros multiespecie: un manifesto desde el Sur ante el Antropoceno capitalista. *Etnográfica*, Lisboa, v. 28, n. 1, p. 153-169, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.15347>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/15347>.

² Doutora em Antropologia pela Universidade Nacional Autónoma do México. Integrante da Rede Ibero-Americana de Estudos Críticos sobre Animais (RIECA). Professora Associada do Departamento de Antropologia da Universidade Autónoma Metropolitana, Unidade Iztapalapa, México – E-mail: berenicevargas@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8454-769X>.

³ Doutor em Antropologia pela Universidade Nacional Autónoma do México. Integrante da Rede Ibero-Americana de Estudos Críticos sobre Animais (RIECA). Professor do programa de Etnohistória da Escola Nacional de Antropologia e História, no México – Email: davidvrltrj@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4244-2176>.

⁴ Professora Adjunta do Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora e Mestra em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Líder do Grupo de Pesquisa sobre Branquitude, Racismo e Pós-Colonialismo da UFRR e pesquisadora dos grupos Democracia, Cidadania e Estado de Direito (DeCiEd/UFF) e Violência, Crime e Segurança Pública/UFRR. No âmbito da extensão universitária, coordena o projeto “Cafê Jurídico” e integra o Observatório de Direitos Humanos e Povos Indígenas da UFRR – E-mail: annacarolina.pinto@ufrr.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7842-9905>.

⁵ Graduando do Curso de Direito da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Membro do Programa de Iniciação Científica, do Grupo de Pesquisa Branquitude, Racismo e Pós-Colonialismo e do Observatório de Direitos Humanos da referida instituição – E-mail: yangards@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2284-447X>.

Luiza Alves CHAVES⁶
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Resumo: Há pouco mais de dez anos, a academia antropológica do Norte global batizou com o nome de "multiespécie" um modo de pesquisa e escrita que descentraliza o humano e que, no âmbito investigativo, dá atenção à força sociocultural e afetiva de múltiplos corpos e materialidades na composição do "corpo" social e cultural. No entanto, esse tipo de relação múltipla e diversa constitui parte basilar de muitos povos do Sul global, povos subalternizados cuja experiência histórica, situada e encarnada revela epistemologias e modos de vida eclipsados pelo sistema moderno-racista-colonial. Ou seja, tais povos souberam reconhecer e nomear nossa condição frágil e precária, que necessita de outros seres mais-que-humanos para se realizar, em íntima afetação, interdependência e sobrevivência colaborativa. Por isso, "multiespécie" é apenas mais uma palavra, entre outras, para designar o intrincado espaço de relações que dá forma e conteúdo àquilo que chamamos "sociedade", "cultura" e "natureza". Em tempos de Antropoceno, esta era de aniquilação da vida impulsionada pelo capitalismo-especismo predatório, é necessário reconhecer nossas conexões vitais com múltiplos corpos humanos, animais, vegetais, minerais e de outros tipos, bem como suas formas particulares de nomeação, a fim de propor políticas de colaboração e interdependência a partir das quais seja possível imaginar futuros-outros, mais-que-humanos; futuros que, de fato, talvez já estejam sendo imaginados e disputados neste exato momento, a partir do Sul e no Sul. Assim, o objetivo deste ensaio-manifesto antropológico é, retomando Robin Wall Kimmerer, pensar em "gramáticas [multiespécie] do animado" como alternativa a estes tempos de ruína e, portanto, de criatividade necessária para dialogar com outras formas de vida e nos reorientarmos a partir de outras epistemologias situadas nas margens, que abraçam esse mundo-outro que caminha conosco rumo a futuros plurais pós-antropo-capitaloceno.

Palavras-chave: Futuros multiespécie. Antropoceno. Afetividade. Sul global. Especismo.

Introdução

O Antropoceno (e o Capitaloceno), em nossa era, vem acompanhado de propostas sobre como nomear e atender ao imposterável futuro comum entre distintas formas de vida que coexistem no espaço-tempo, com localizações na Terra bem específicas, concretas. Quem assina este escrito, uma espécie de manifesto, de certa forma se inscreve em um pensamento tentacular (Haraway, 2019) que se entusiasma com a proliferação de nomes e relatos para

⁶ Professora Adjunta de Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF. Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF). Coordenadora do Laboratório de Justiça, Ambiente, Cidades e Animais (LAJACA/UFF) – E-mail: luizachaves@id.uff.br – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6202-7001>.

FUTUROS MULTIESPÉCIE

imaginar tempos-mundos plurais (Valencia García, 2009, p.120) e futuros multiespécie mais justos; simpatizamos até mesmo com termos menos populares para seguir aqui (Cthuluceno, Plantacionoceno, Tecnoceno, Cementoceno). Acreditamos que a diversidade de nomes, embora confusa e de difícil manejo, é mais produtiva para solucionar problemas do que recorrer a um nome único que funcione como paradigma dominante e rígido, restrito a determinadas diretrizes teóricas e de práxis política. Para nós, pensar com a diversidade de nomes nos adverte sobre o que consideramos um problema tanto teórico quanto político: o eclipsar de formas específicas de corpos-mais-que-humanos; seres igualmente atravessados pelas penumbras destrutivas de nossos tempos, mas ao lado de quem devemos especular outros relatos de futuro, mais esperançosos e mais multiespécies.

Embora as perspectivas multiespécie tenham gênese no Norte global (especificamente anglo-saxônico) a experiência histórica, situada e encarnada de muitos povos do Sul global (subalternizados, racializados, precarizados e animalizados) revela um conhecimento relegado pelas forças universalizantes da racionalidade instrumental moderno-colonial, no que diz respeito à sua/nossa conexão vital com materialidades múltiplas, humanas e de outros tipos. Se o Antropoceno é entendido como uma era de aniquilação da vida — na qual "(toda) a humanidade" é uma força geológica que consome em ciclos produtivos de morte, ao usar os seres como recurso —, colaborar/cooperar para sobreviver torna-se um modo de embate fundamental. Admitir que somos seres carnaís, frágeis, necessitados e precários, isto é, corpos vulneráveis aos outros, propõe uma política da sobrevivência e da colaboração em que as multiplicidades se compõem e recompõem para enfrentar o estado de rapacidade capitalista-especista que ameaça toda forma de vida.

Estamos convencidos de que prestar atenção a alguns dos modos de afetação e de se relacionar germinados a partir do Sul e no Sul pode nos oferecer alternativas para imaginar e recordar conjuntamente futuros politicamente comprometidos com o cuidado e com a constitutiva e amorosa interdependência entre corpos e vitalidades, a fim de enfrentar o cenário de nossa época. Embora não nos detenhamos a realizar uma exploração dessas formas de relacionalidade-outras, pois isso ultrapassaria os limites deste escrito, um dos objetivos que nos propomos aqui é convidar a pensar que aquilo que a academia antropológica chama de multiespécie é apenas outra maneira de nomear fenômenos, práticas e saberes relacionais que resistiram aos embates do neoliberalismo moderno-colonial; modos de relacionalidade com os

FUTUROS MULTIESPÉCIE

quais podemos especular e imaginar, diante do Antropoceno, relatos alternativos de futuro, utopias concretas (Louçã, 2017, 2019). Mas também queremos marcar nosso próprio posicionamento — a partir de uma geocorpopolítica do Sul: articular explicitamente as "forças antrópicas" de nossa era com a máquina hierarquizante e de ordem afetiva que é o especismo. Uma articulação que, ao menos no âmbito da antropologia — nossa trincheira —, costuma não ser nomeada, talvez devido, em parte, ao fato de se tratar de uma ciência consagrada à feitura e/ou produção do propriamente humano e de sua excepcionalidade. Ao longo destas páginas, queremos apostar que os futuros em disputa são mais que humanos e que a luta por espaços de esperança é compartilhada.

Na primeira seção, faremos algumas observações que consideramos necessárias para articular a noção de Antropoceno de forma mais evidente com a denúncia do especismo, entendendo este último como um ordenamento particular de escala global, impossível de ser pensado fora dos marcos do capitalismo e da colonialidade racista. Na segunda seção, nos deteremos na revisão da aposta multiespécie, enquanto relacionalidade constitutiva dos seres, para refletir sobre sua potência na práxis imaginativa diante dos estragos de nossa era. A terceira seção, na mesma linha, nos serve como plataforma ficcional para recordar relatos em gramáticas do animado (Kimmerer, 2022) que foram e são parte do sentido de mundo de muitos povos do Sul global e que nos permitem questionar o fatalismo fechado em si mesmo do Ocidente, ao nos apresentar tempos-mundos alternativos e contra-hegemônicos. Por fim, nossos comentários finais buscam ser, mais do que um fechamento, uma abertura para a configuração de relatos coletivos, multiespécie, em que imaginemos futuros-futuros (Koselleck, 2001), mais justos, mais livres de opressão e menos humanos.

1. Antropoceno e Especismo: reorientações necessárias

O conceito de Antropoceno⁷ ganhou notável popularidade e atravessou distintas disciplinas científicas, tornando mais complexa a definição moderna de fronteiras precisas

⁷ Paul Jozef Crutzen propôs o termo Antropoceno em 2002 para nomear nossa atual era geológica, como uma alternativa ao Holoceno, na medida em que denuncia a força e o impacto que as atividades humanas têm exercido sobre a Terra. Neste escrito, fazemos um uso crítico do conceito em termos muito semelhantes aos expostos por Andreas Malm e Alf Hornborg (2014).

FUTUROS MULTIESPÉCIE

sobre as tarefas e os limites que cada uma se atribui como horizonte de conhecimento. As luzes do Antropoceno, como afirma Anna Tsing, acendem-se com o fogo da modernidade e a crença de que "a Humanidade" se faz graças ao progresso, o que aprisiona, em sua concepção linear do tempo, outros seres numa natureza grandiosa, universal e mecânica (Tsing, 2021) que se impõe como uma cronocracia⁸ organizadora da pluralidade de tempos-mundos (Valencia García 2009, p.120) a partir da experiência hegemônica (Lander, 2000, p.23). De modo que o Antropoceno é um sistema, um modo de vida, uma maneira de dar sentido ao mundo, às coisas e aos seres; sobretudo, é a afirmação de uma natureza substancial para dominá-la (Descola, 2017). Trata-se de um "conceito diagnóstico" (Svampa 2019: 34) que desenha um limiar crítico diante de problemas como o aquecimento global, o sistema cárnico-agroindustrial e a perda de formas de vida, o que evidencia os limites da natureza e do crescimento ao questionar o paradigma de desenvolvimento dominante, bem como a modernidade como modelo cultural hegemônico configurador de futuros. Como "paradigma hipercrítico", implica repensar o estado do mundo a partir de um ponto de vista sistêmico, ou seja, "a partir de uma perspectiva transdisciplinar e de um discurso holístico e integral que compreenda a crise socioecológica em termos de crise civilizatória e abertura a um horizonte pós-capitalista" (Svampa, 2019, p. 44, 45).

O Antropoceno nunca foi uma categoria neutra. Algumas de suas críticas, como as de Malm e Hornborg (2014, p. 66), assinalam que a mudança climática e demais efeitos nocivos desta era são, na verdade, "sociogênicos", ou seja, têm relação com "forças diretrizes que derivam de uma estrutura social específica, mais do que de um traço genérico da espécie [humana]". Qual é essa estrutura social? As origens do capitalismo e da crise climática não podem ser desvinculadas dos processos de colonização e exploração da Ásia, da África e de Abya-Yala, da escravização de animais humanos e alter-humanos, da exploração do trabalho em fábricas, da expansão das cidades e do aniquilamento do entorno, do envenenamento das águas, do extrativismo etc. Ou seja, essas "forças antrópicas" responsáveis pela crise climática atual só ocorrem no marco de um capitalismo moderno ou de um Capitaloceno colonial, racista,

⁸ A cronocracia refere-se aos modos pelos quais a governança – o sistema capitalista-moderno-colonial-racista-capacitista-especista-patriarcal – é atravessada pelo poder e pela capacidade de “moldar as temporalidades” em que os seres vivem suas vidas. Além disso, refere-se às formas práticas e discursivas – semiótico-materiais, retomando Haraway (2016) – empregadas para negar a coexistência com a Alteridade e, assim, criar “relações profundamente assimétricas de dominação e exclusão” (Kirtsoglou e Simpson, 2020, p. 3).

FUTUROS MULTIESPÉCIE

patriarcal, ocidental e, aqui enfatizamos, também especista. Dizer que "(toda) a humanidade" é responsável por nossa catástrofe é, ao mesmo tempo, historicamente equivocado e politicamente vazio. Em primeiro lugar, porque a humanidade em sua totalidade não foi (nem é) partícipe dessas lógicas e práticas de dominação, exploração e acumulação de riqueza; em segundo lugar, porque boa parte do *Homo sapiens* não foi historicamente considerada humana. Nesse sentido, queremos aqui fazer algumas observações sobre o Antropoceno, enquanto conceito, que possam ser reorientadas como uma força necessariamente em conluio com o especismo; um nexos escassamente abordado nas ciências sociais, as quais ainda desempenham um papel marginal na discussão, sem ir além de uma crítica humanista (Appadurai, 2015) ou, quando muito, de um reformismo bem-estarista.

Ailton Krenak (2021, p.16-17) se pergunta se "somos realmente uma humanidade?" ou se, de fato, muitos existentes deste mundo são apenas lançados a esse "liquidificador", sem possibilidades reais de fazer parte da zona do ser, nos termos de Fanon. Quem é o humano-plenamente humano, com poder sobre a Terra, a vida e a morte? Embora concordemos com a necessidade de explicitar o capitalismo como uma das faces responsáveis por nossa era, também consideramos urgente a conjuração do corpo e da carne deste Capitaloceno-Antropoceno: humano homem, branco, ocidental, cis-heteronormativo, proprietário, cidadão, capacitado, racional, neurotípico, civilizado, são, fisicamente íntegro (Ko, 2021; Vargas García, 2023).

Se o Antropo-capitaloceno é o diagnóstico de uma era marcada pela força aniquiladora de humanos plenamente humanos, essa força, seguindo Moore (2020), organiza a natureza fazendo uso de uma maquinaria antropocêntrica que dita uma hierarquia, uma função e uma normatividade aos existentes do mundo (Ávila Gaitán, 2013). Essa hierarquização dos seres da Terra responde, em primeiro lugar, a um "antropo-poder", isto é, aquele que um sujeito pode exercer pelo simples fato de ser categorizado como humano e que é efeito de correlações com uma ordem social e afetiva opressora (González e Ávila Gaitán, 2022) que se expande e se insere na estrutura social como tradição, costume ou uso cultural. Esse modo específico de opressão que sofrem os corpos marcados como "animais" e "não-humanos" é aqui categorizado como especismo. Em sua acepção clássica ou tradicional, o especismo é explicado como um modo de discriminação; aqui, no entanto, o entendemos como um "ordenamento bio-físico-social de escala global que se fundamenta na dicotomia humano/animal e gera a constante superioridade do primeiro polo sobre o segundo" (Ávila Gaitán 2013, p. 35); um ordenamento

FUTUROS MULTIESPÉCIE

e esquema de pensamento-sentido-ação (Ponce e Proaño 2020, p.29) que, de forma sistemática, produz e reproduz a dominação, a exploração e a sujeição por meio do exercício desse antropopoder (Ávila Gaitán, 2013).

No entanto, ressaltamos que tal máquina de hierarquização é uma fabulação e uma perversa manifestação do colonialismo e da colonialidade ocidental e de sua cronocracia, que se encarna na forma do humano-branco capitalista, patriarcal, entre outros. Embora não se negue em que medida a violência e o aniquilamento de mundos e vidas mais-que-humanas são característicos da era do Antropoceno, o "terricídio", como crime de Estado; o assassinato da Terra (Millán, 2020a, 2020b), poucas vezes se enunciam abertamente os vínculos entre a industrialização e os sistemas de opressão transespécies, que têm raízes históricas obscuras. Segundo Charles Patterson, o primeiro grande matadouro industrial foi inaugurado em Chicago em 1865, e Henry Ford, fascinado por esses processos produtivos, adaptou os mecanismos desse recinto de morte para a indústria automotiva. Além disso, Ford tinha importantes vínculos de amizade com Hitler e o nazismo, e seu modelo de produção industrial serviu de inspiração para os campos de extermínio (Patterson, 2009, p.128). A antropóloga holandesa Bárbara Noske denominaria esse sistema de exploração e processamento animal de "complexo animal-industrial" (Noske, 1997), complexo responsável por grande parte da crise ecológica atual.

Em termos de nosso conhecimento situado, as reflexões aqui apresentadas não brotam apenas de uma concepção antropológica do fenômeno, mas se inscrevem também nas inflexões dos estudos críticos animais⁹, a partir dos quais pensamos "o animal", "o não humano" e "o menos que humano" considerando os modos como operam a colonialidade do poder, a globalização neoliberal e o capitalismo patriarcal, ocidental e necropolítico de nossa era (Ávila Gaitán, 2017, p.346). Em consequência, consideramos importante situar outras formações vitais, animadas, orgânicas e *cyborgs* dentro das narrativas do Antropo-capitaloceno como indivíduos com biografias legíveis, em confronto com a ideia moderna de que os animais e as plantas, por exemplo, apenas evoluem, mas não possuem história. Esses outros corpos são

⁹ Os Estudos Críticos Animais (ECA) são um projeto de estudo-ativismo surgido em 2001, com o *Center on Animal Liberation Affairs*, nos Estados Unidos, que posteriormente se tornaria o *Institute for Critical Animal Studies (ICAS)*. De acordo com seu manifesto, esse projeto ocupa-se da questão animal como um esforço em prol de sua libertação – animal, humana e da Terra –, o que implica partir de uma crítica radical ao imperialismo, ao capitalismo e à opressão em todas as suas formas. A partir do Sul Global, os ECA não se concentram apenas nos corpos atualmente considerados como “animais”, mas também dedicam atenção aos processos de animalização aos quais outros grupos e corpos coletivos foram submetidos ao longo da história (Ávila Gaitán, 2017, p. 349).

FUTUROS MULTIESPÉCIE

membros do Sul global? De que maneira podemos recompor nossos vínculos para enfrentar este momento histórico e viver e morrer bem, diante de futuros possíveis de imaginar com eles? Especular é parte da tarefa e do trabalho por um futuro melhor neste planeta em ruínas, para gerar outros padrões de reconhecimento de futuros multiespécie e diversos.

Embora essas observações possam não evocar uma originalidade primitiva, o que buscamos é responder à urgência de pensar futuros de mundos onde floresçam práticas criativas e transformadoras que adiem nosso fim (Krenak, 2021). O Antropo-capitaloceno e sua modernidade colonial, especista, racista e patriarcal impõem um monofuturismo hegemônico que "nos apresenta um único futuro singular, previsível e racional para os seres humanos e outros seres mais que humanos" (Reina-Rozo, 2023, p. 197), tempos de vertigem, quando nos damos conta de tudo o que falta para salvar o mundo (Riechmann, 2006, p. 195-196). A nossa é uma época das ausências (Krenak, 2021), de morte e de "terricídio" (Millán, 2020a, 2020b), que não se contenta com o aniquilamento da vida, dos seres, de seus mundos e de suas temporalidades; apresenta-se também como uma época de desolação e fatalismo, de sonhos de futuros-outros e esperanças fantasmagóricas diante de uma crise ecológica, social e política imparável e incontível (Malm, 2021). Estamos convencidos de que o reconhecimento multiespecífico do fluxo do mundo é um primeiro passo para especular presentes-futuros e futuros-futuros (Koselleck, 2001) que enfrentem o catastrofismo imperante a partir de um estalo múltiplo de possibilidades e esperanças (Contreras Román, 2022, p. 170) provenientes de uma quantidade indeterminada de vidas que povoam este orbe milenar.

2. Multiespécie: uma inegável relacionalidade constitutiva

A ideia de que "a natureza" seja entendida como "uma entidade ao mesmo tempo real, política e histórico-discursiva" (Machado, 2016), ou como uma instância fundamental do social que determina a liberdade dos sujeitos históricos (León Hernández, 2016), acaba eclipsando outros seres ao circunscrevê-los ao grande campo indiferenciado da natureza, onde, em última instância, apenas os seres humanos figuram como indivíduos dotados de história e, portanto, portadores de uma criatividade que os torna capazes de conduzir as condições reais de sua própria transformação. Foi nesse contexto que a perspectiva multiespécie passou a integrar o debate.

FUTUROS MULTIESPÉCIE

Desde sua origem no âmbito acadêmico, especialmente na antropologia anglo-saxônica, o termo multiespécie foi inicialmente compreendido como um complemento ao principal método da antropologia: a etnografia. De acordo com o texto fundacional de Kirksey e Helmreich (2010), multiespécie refere-se a um novo gênero de escrita e de pesquisa que traz outros seres para o primeiro plano da análise. Trata-se, portanto, de uma ruptura epistemológica em relação às formas tradicionais de compreender o social, o cultural e o natural (Smart, 2014). Sua premissa fundamental é que as espécies, ou os seres vivos, não devem ser entendidos como indivíduos isolados, mas como multiplicidades em constante associação (Van Dooren, Kirksey e Münster, 2016).

Vale destacar, em primeiro lugar, que se trata de uma mudança na representação das alteridades mais-do-que-humanas, em associação com o humano e para além dele, assim, questiona-se a interdependência para a reprodução sociocultural, ao abrir esses conceitos à influência de outras formas de vitalidade. Pelo menos em teoria, animais, plantas, fungos e outras formas de existência passam a ocupar o primeiro plano das etnografias, com vidas e biografias políticas passíveis de leitura. Eles deixam de ser reduzidos à *zoé* (o simples fato de estar vivo) para serem integrados à *bios* (vidas qualificadas para a vida política e comunitária).

Em segundo lugar, por constituir um novo gênero de investigação, essa abordagem implica pressupostos epistemológicos e filosóficos de caráter pós-humanista - isto é, pós-dualista-, tornando-se mais inclusiva e abrangente, ao abordar as diversas maneiras pelas quais fomos mais do que humanos ao longo da história, transcendendo o marco explicativo clássico da antropologia humanista (Smart e Smart, 2017). Como expusemos anteriormente, esses dualismos hierarquizados tornam possível e legitimam o domínio do humano sobre a Terra e suas formas de vida, potencializando forças entrópicas que nos conduziram às catástrofes do nosso tempo.

Para nós, a etnografia multiespécie possui um eixo de discussão e de análise que não é o império humano, mas as formações de vida contingentes que se entrelaçam na construção de mundos policêntricos. Entretanto, essa fórmula analítica e interpretativa não pode ser reduzida à simples soma de suas partes (como humanos + animais + plantas + fungos + espíritos etc.). É preciso reconhecer que nada preexiste às relações que o constituem: formamo-nos em tramas constitutivas de sentido, como seres e corpos abertos, que afetam e são afetados. Reconhecemos

FUTUROS MULTIESPÉCIE

que a afetividade encarnada¹⁰ é consubstancial à relacionalidade; constituímos-nos como corpos entre, por e com outros corpos, de múltiplos tipos. Esses corpos nunca estão à margem da história; ao contrário, também são resultado de complexos processos de culturalização, racialização, generificação, subalternização, entre outros. Nesse sentido, a abordagem multiespécie constitui uma ferramenta etnográfica situada para o estudo da relacionalidade constitutiva e do papel que outros tipos de seres-actantes e configurações materiais mais-do-que-humanas desempenham na conformação do mundo (Varela Trejo, 2024).

A perspectiva multiespécie requer uma estratégia descritiva e analítica policêntrica, embora, na prática, seja necessário ancorar-se em redes de relações específicas, situadas e concretas. Isso porque "espécie" não é compreendida como uma categoria fechada ou acabada, nem necessariamente vinculada ao campo da biologia, mas como um ponto de partida que chama a atenção para a multiplicidade de seres envolvidos em relações de singular cooperação e em coordenações espaço-temporais que demandam explorações criativas para interpelar e ser interpelado por outros, para além da linguagem humana (Kohn, 2021; Tsing, 2021; Hartigan Jr., 2021; Swanson, 2017; Bennett, 2022). Do nosso ponto de vista, o projeto multiespécie não constitui apenas um método etnográfico para a coleta de dados, mas também um posicionamento político e epistemológico voltado ao estudo da fragilidade da vida.

Não consideramos que o caráter crítico da perspectiva multiespécie deva limitar-se à revisão dos dualismos natureza/cultura e humano/não-humano, ou simplesmente a trazer outros seres "para o primeiro plano" da pesquisa. Reconhecemos, antes, a urgência de pensar em uma chave decolonial, o que implica reconhecer, como já assinalamos anteriormente, que multiespécie é uma palavra de origem anglo-saxônica utilizada para nomear modos de relação responsáveis pelo devir-mundo, os quais já eram pensados, teorizados, vividos, sentidos e praticados por diversos grupos não ocidentais (racializados negativamente, subalternizados e animalizados) em suas relações vitais, cujos conhecimentos, contudo, foram apagados pela força da colonização dos saberes e pela colonialidade do ser (Lander, 2000).

¹⁰ Por afetividade encarnada entendemos a experiência sensível, sentida e dotada de sentido, em/desde um corpo-tal-como-o-sentimos (parafraseando Baruch Spinoza); trata-se, ademais, de uma forma contínua de consciência do mundo que não é exclusiva do *homo sapiens*. A perspectiva multiespécie compreende que existem determinados tipos de configurações materiais denominadas "vivas" que, em linhas gerais, possuem vidas sencientes, subjetivas ou com uma interioridade complexa; por outro lado, há materialidades cuja eficácia afetiva não repousa em estados subjetivos de consciência ou de senciência.

FUTUROS MULTIESPÉCIE

3. Narrar futuros-outros: gramáticas multiespécies do animado

Os "efeitos da virada antropocênica" (Ulloa, 2017) trazem consigo ventos coloniais. Segundo Ulloa, o Antropoceno confronta problemas específicos no Sul Global, tais como a geopolítica do conhecimento, a diferenciação territorial, o deslocamento provocado pelos extrativismos e a falta de reconhecimento de outras temporalidades e ontologias (Ulloa, 2017, p. 63). No que diz respeito ao reconhecimento de outras ontologias, a narrativa dominante de nossa época não contempla outras formas de pensar, de viver e de se relacionar com o mais-do-que-humano. Os traços globalizantes do Antropo-capitaloceno apagam perspectivas e conhecimentos locais; não reconhecem a existência de outras maneiras de conceber as relações entre humanos e seres de outras espécies, presentes em ontologias relacionais, que oferecem modos alternativos de organização política, social e temporal (Ulloa, 2017, p. 66). Em outras palavras, esse conceito apaga outras gramáticas - mais vivas - e impõe um único futuro, de caráter apocalíptico, que torna todos igualmente responsáveis.

Se o Antropo-Capitaloceno é uma era especialista na fabricação de ausências -ausência de vida, de esperança, de futuros multiespécies, de sentido da existência, de experiências vitais, de espécies e de mundos mais-do-que-humanos- e de relatos de catástrofe, como nos alerta Krenak (2021), concordamos que, como um conjuro apotropaico, precisamos contar outras histórias para "adiar o fim do mundo" e "permanecer com o problema" (Haraway, 2019). Relatos sobre utopias concretas, esperanças possíveis que já deram sinais de existência e continuam a manifestar-se neste momento (Louçã, 2019, p. 10), mas às quais não demos atenção ou que simplesmente esquecemos. Especulações, fatos científicos, ficções e metáforas capazes de imaginar futuros de justiça multiespécie (Castro, 2023, p. 11); que funcionem como paraquedas coloridos (Krenak, 2021, p. 33), capazes de suavizar a queda catastrófica; que nos sustentem nesta Terra, onde compartilhamos mundos e vidas plurais, entrelaçadas com tantos outros corpos e companheiros cósmicos, com os quais podemos sonhar futuros alternativos livres de opressão. Como construir essas narrativas? Desde já, estamos convencidas de que elas devem ser tecidas horizontalmente, por muitas mãos, patas, galhos, barbatanas e garras; narrativas repletas de metáforas da pluralidade e da relacionalidade (Valencia García, 2009, p. 105). "Multiespécie", sem dúvida, é uma palavra que, ao menos da forma como a

FUTUROS MULTIESPÉCIE

compreendemos aqui, nos evoca precisamente isso: um mundo inevitavelmente compartilhado, cujo futuro pode ser vivido e imaginado tanto como um apocalipse quanto como uma preciosíssima oportunidade para improvisar e ensaiar, junto daqueles que estão ao nosso lado, a emancipação de todo sofrimento material. Também nos recorda que os sonhos humildes (Valencia García e Contreras Román, 2020) não pertencem nem são vividos exclusivamente por uma humanidade privilegiada.

Se a perspectiva multiespécie exige uma "re-historia-ação" (*re-historia-ción*) que volte a atenção para as narrativas da Terra e de suas formações mais-do-que-humanas, incluindo aquelas marcadas por um silencioso modo de existir (Kimmerer, 2022, pp. 20, 63), é preciso reconhecer que a linguagem científica que lhe deu origem é uma linguagem distante e descarnada, cujo poder descritivo "limita-se a definir os limites daquilo que conhecemos" (Kimmerer, 2022, p. 64). O mundo acadêmico ocidental, anglófono e situado no Norte Global, teve que inventar uma palavra para nomear um tipo de relacionalidade que não conhecia - ou que havia esquecido. Contudo, a palavra escolhida nasceu no seio da objetividade e da racionalidade científica; seu universo é o de uma academia hegemônica, marcada pela violência de sua colonialidade do saber e por seu racismo epistêmico. Por isso, enquanto termo científico, "o multiespécie" pode criar a ilusão de estar inscrito em uma gramática inerte, que nomeia algo que outros povos e corpos coletivos do Sul Global sempre souberam e viveram: que nada nem ninguém preexiste às suas relações; que mantemos uma íntima sociabilidade com corpos e vitalidades mais-do-que-humanas (vegetais, minerais, fungos, bactérias, espíritos, ancestrais, divindades, rios, montanhas, florestas, vírus, outros animais e muitos outros seres) com os quais nos relacionamos em reciprocidade e interdependência (Lima, 2021; Köhler, 2021; Krenak, 2021; Paiva, 2014); com os quais estabelecemos pactos de gratidão e colaboração (Cáceres e Miranda, 2021; Kimmerer, 2022; Marcos, 2014); e fora desses entrelaçamentos simplesmente não existimos.

A cientificidade do termo, pretensamente apresentada como neutra, acrítica e estritamente acadêmica, acaba por reduzir a força da denúncia do Antropo-Capitaloceno-especista. Como observa Helen Kopnina, ir além de uma etnografia multiespécie significa reconhecer, sem disfarces, a violência estrutural e antropológica exercida contra as demais vidas (Kopnina, 2017). A provocação que propomos aqui exige uma mudança urgente de perspectiva: passar da gramática do inerte para a gramática do animado (Kimmerer, 2022). Trata-se de

FUTUROS MULTIESPÉCIE

pensar o multiespécie em sua animalidade, mas também em sua vegetabilidade e mineralidade; de compreendê-lo como uma confrontação aos hábitos acadêmicos ortodoxos, que enxergam animais, plantas, fungos e até mesmo o lodo como seres mudos, cuja única função seria tornar-se tradição, costume ou um elevado símbolo abstrato da vida que lhes deu origem. Isso implica reconhecer as contradições, limitações e insuficiências do próprio termo multiespécie, para reescrevê-lo, agora animado por um verdadeiro sopro vital. Afinal, não se trata da análise ou da descrição de conceitos, categorias ou sujeitos antropológicos, mas de corpos e vitalidades, de humosidades e simbiontes (Haraway, 2019), que não representam simplesmente uma espécie, mas possuem vidas e biografias próprias, inteligíveis, compartilhando conosco este mundo e este tempo.

Ao mesmo tempo, o risco de apagar a própria palavra multiespécie decorre da existência de muitas outras palavras que já expressam mundos vivos e tramas constitutivas: *yawe*, para o povo Potawatomi; *ubuntu*, entre os povos bantu da África; *Pachamama* ou *Mapu*, entre os povos andinos; o *ayni*, na Bolívia; entre tantas outras que remetem às conexões íntimas entre os seres, à existência compartilhada e à vitalidade interdependente e frágil. Nossa época, reiteramos, caracteriza-se pela produção de ausências e por violentos silenciamentos. Desde os primeiros avanços do colonialismo, não apenas se impôs uma imagem única e hegemônica de "o futuro" -o futuro do progresso e da modernidade- mas também se desqualificaram ou apagaram outras formas de imaginar o mundo, o tempo e a vida compartilhada.

Agora, no século XXI, mais uma vez a ciência e seu falocentrismo cunham uma nomenclatura que aspira ao monopólio epistemológico sobre as formações de vida plurais e diversas. "Multiespécie" é, certamente, um termo útil para os modernos, que pouco ou nada sabem sobre o que significa ser com e através dos outros; responde ao interesse em compreender os modos profundamente entrelaçados das ontologias relacionais de muitos povos e procura destacar um tipo de vínculo que volta a ser reconhecido nas sociedades ocidentalizadas. No entanto, o que defendemos aqui é que, para contrapor sua posição privilegiada como categoria explicativa, o termo necessita ser submetido a uma "polinização cruzada" (Kimmerer, 2022, p. 62), como um "pólen de flor" (Glissant, 2017, p. 215), em diálogo com outras palavras, outras línguas e outras narrativas que sempre souberam reconhecer as formas amorosas e, ao mesmo tempo, cruéis pelas quais nos constituímos uns com os outros, sejam humanos ou seres de outra natureza. Kimmerer nos recorda que os povos originários, os esquilos, os bordos (*maples*), a

FUTUROS MULTIESPÉCIE

triade milho-feijão-abóbora, os morangos e tantas outras criaturas jamais esqueceram que todo florescimento é mútuo. Assim, se tecermos narrativas de futuros alternativos por meio de uma gramática multiespécie do animado, isso "poderá conduzir-nos a formas completamente novas de viver, nas quais outras espécies também sejam povos soberanos; a um mundo organizado segundo uma democracia das espécies, em oposição - e não a partir - da tirania de uma única espécie" (Kimmerer, 2022, p. 73).

Coordenações vitais: comentários finais

"A beira da extinção não é apenas uma metáfora. O colapso do sistema não é um thriller; basta perguntar a um refugiado de qualquer espécie" (Bidaseca *et al.*, 2022, p. 139).

A questão fundamental é com quem estamos aqui e agora e quais alianças podemos construir para enfrentar o futuro e os obstáculos impostos pela modernidade à criação de parentescos e vínculos (Haraway, 2019).

Neste modesto manifesto, procuramos lembrar a nós mesmas que os sinais de vida e de esperança para futuros alternativos também pulsam em outros corpos e já estão presentes, esperando que aprendamos com eles. Se, como afirma Kimmerer, todo florescimento é mútuo, então a queda também é coletiva. Diante disso, resta-nos reconhecer nossa própria fragilidade e apostar em políticas da sobrevivência concebidas como uma arte colaborativa.

A partir de nossa prática antropológica, o chamado à perspectiva multiespécie, sustentada por uma gramática do animado, contraespecista e decolonial, constitui também um respeitoso convite para conhecer as palavras que deram nome aos nossos entrelaçamentos e às coordenações temporais estabelecidas por outros seres mais-do-que-humanos podem ensinar-nos a viver e a morrer com responsabilidade. O Antropo-Capitaloceno é uma combinação chocante e monstruosa, uma quimera que causa imensos danos, produz fantasmas, perturbações e ausências; impõe futuros marcados pelo desalento e pela desesperança, dizendo-nos que não há futuro. Este é o nosso presente e é a partir dele que podemos ficcionalizar futuros capazes de reafirmar aquilo que já existe e pelo qual lutamos: uma justiça multiespécie, polifônica, fundada nos afetos, nas possibilidades dos corpos e na potência da vulnerabilidade

FUTUROS MULTIESPÉCIE

compartilhada. Pelo menos foi essa a forma que escolhemos para adiar o nosso fim e o das demais refugiadas de suas próprias espécies.

Embora as reflexões aqui apresentadas possam parecer atemporais ou deslocadas em relação ao estágio atual das pesquisas multiespécies, consideramos necessário assinalar que, a partir da antropologia do Sul Global, ainda permanecem debates em aberto. Alguns deles confrontam e ressignificam a própria identidade histórica de nossas disciplinas antropológicas diante da questão de quem merece ser reconhecido como uma alteridade significativa e positiva, cuja função não se reduza a servir de explicação para fenômenos exclusivamente humanos — seja em termos simbólicos, de tradição ou de costumes. Pensando com Molly Mullin (1999), trata-se de superar a tendência de produzir os chamados animais e outras criaturas apenas como espelhos e janelas por meio das quais os humanos interpretam a si mesmos. Acreditamos, igualmente, que este manifesto sirva como um convite àquelas pessoas cuja sensibilidade diante da vida as leva, de forma constante, a investigar os futuros multiespécies que aguardam em alguma caverna, no céu, em um brejo ou mesmo em um depósito de lixo.

Referências

APPADURAI, Arjun. **El futuro como hecho cultural**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.

ÁVILA GAITÁN, Iván Darío. **De la isla del Doctor Moreau al planeta de los simios: la dicotomía humano/animal como problema político**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2013.

ÁVILA GAITÁN, Iván Darío. El Instituto Latinoamericano de Estudios Críticos Animales como proyecto decolonial. **Tabula Rasa**, n. 27, p. 339-351, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.454>. Acesso em: fev. 2024.

BENNETT, Jane. **Materia vibrante: una ecología política de las cosas**. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2022.

CÁCERES, Berta; MIRANDA, Miriam. Introducción: despojo encarnado y situado. Las luchas de mujeres y pueblos Garífunas y Lencas en Honduras. In: LEYVA, Xochitl; VIERA, Patricia; TRIGUEIRO, Júnia M.; VELÁZQUEZ, Alberto C. (Org.). **De despojos y luchas por la vida**. Guadalajara: CLACSO; Cooperativa Editorial Retos, 2021. p. 21-43.

CASTRO, Azucena. Introducción. In: CASTRO, Azucena (Org.). **Futuros multiespecie: prácticas vinculantes para un planeta en emergencia**. Valencia: Bartlebooth, 2023. p. 9-24.

FUTUROS MULTIESPÉCIE

CONTRERAS ROMÁN, Raúl H. El presente etnográfico: sobre la espesura del tiempo ahora y las antropologías del futuro. In: GONZÁLEZ BAZÚA, Alejandra; VALENCIA, Guadalupe; VÉLEZ, Dulce María (Org.). **Compartir el tiempo: reflexiones intempestivas**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2022. p. 149-174.

DESCOLA, Philippe. ¿Humano, demasiado humano? **Desacatos**, n. 54, p. 16-27, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/139/13950920002.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

GLISSANT, Édouard. **Poética de la relación**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

GONZÁLEZ, Anahí Gabriela; ÁVILA GAITÁN, Iván Darío. **Glosario de resistencia animal(ista)**. Bogotá: Ediciones Desde Abajo; ILECA, 2022.

HARAWAY, Donna. **Manifiesto de las especies de compañía**. Buenos Aires: Sans Soleil Ediciones; Victoria-Gasteiz, 2016.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema: generar parentesco en el Chthuluceno**. Bilbao: Consonni, 2019.

HARTIGAN JR., John. Knowing animals: multispecies ethnography and the scope of anthropology. **American Anthropologist**, v. 123, n. 4, p. 846-860, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/aman.13631>. Acesso em: fev. 2024.

KIMMERER, Robin Wall. **Una trenza de hierba sagrada: saber indígena, conocimiento científico y las enseñanzas de las plantas**. Madrid: Capitán Swing, 2022.

KIRKSEY, Eben S.; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010. Disponível em: https://anthropology.mit.edu/sites/default/files/documents/helmreich_multispecies_ethnography.pdf. Acesso em: fev. 2024.

KIRTSOGLOU, Elisabeth; SIMPSON, Bob. Introduction: the time of anthropology: studies of contemporary chronopolitics. In: KIRTSOGLOU, Elisabeth; SIMPSON, Bob (Org.). **The time of anthropology: studies of contemporary chronopolitics**. New York: Routledge, 2020. p. 1-30.

KO, Syl. Por "humano" todo el mundo se refiere solo a "blanco". In: KO, Aph; KO, Syl. **Aphro-ismo: ensayos de dos hermanas sobre cultura popular, feminismo y veganismo negro**. Madrid: Ochodoscuatro Ediciones, 2021. p. 61-74.

KÖHLER, Axel. El oro y la sangre: minería y resistencia maya en Guatemala. In: LEYVA, Xochitl; VIERA, Patricia; TRIGUEIRO, Júnia M.; VELÁZQUEZ, Alberto C. (Org.). **De despojos y luchas por la vida**. Guadalajara: CLACSO; Cooperativa Editorial Retos, 2021. p. 67-94.

FUTUROS MULTIESPÉCIE

KOHN, Eduardo. **Cómo piensan los bosques**. Quito: Hekht; Abya-Yala, 2021.

KOPNINA, Helen. Beyond multispecies ethnography: engaging with violence and animal rights in anthropology. **Critique of Anthropology**, v. 37, n. 3, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0308275X17723973>. Acesso em: fev. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós; I.C.E.; U.A.B., 2001.

KRENAK, Ailton. **Ideas para postergar el fin del mundo**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2021.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 11-40.

LEÓN HERNÁNDEZ, Efraín. **Geografía crítica**: espacio, teoría social y geopolítica. México: Itaca; UNAM, 2016.

LIMA, Júnia Trigueiro de. Cuerpos que duelen, arden y resuenan: resistencias y conocimientos otros de pueblos originarios en Chiapas. In: LEYVA, Xochitl; VIERA, Patricia; TRIGUEIRO, Júnia M.; VELÁZQUEZ, Alberto C. (Org.). **De despojos y luchas por la vida**. Guadalajara: CLACSO; Cooperativa Editorial Retos, 2021. p. 285-304.

LOUÇÃ, João Carlos. Futuros inquietos, práticas contra-hegemónicas a partir da crise e alguns dos seus fundamentos teóricos. **Revista Páginas**, v. 9, n. 21, p. 102-122, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.35305/rp.v9i21.274>. Acesso em: fev. 2024.

LOUÇÃ, João Carlos. **Pensar o impossível, transformar a realidade**: a prática da utopia concreta no Porto e Pirenéus. Tese (Doutorado) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/95338>. Acesso em: fev. 2024.

MACHADO, Horacio. Sobre la naturaleza realmente existente: la entidad "América" y los orígenes del Capitaloceno. Dilemas y desafíos de especie. **Actuel Marx Intervenciones**, n. 20, p. 205-230, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11336/92283>. Acesso em: fev. 2024.

MALM, Andreas. **How to blow up a pipeline**: learning to fight in a world on fire. Brooklyn: Verso Books, 2021.

MALM, Andreas; HORNBORG, Alf. The geology of mankind? A critique of the Anthropocene narrative. **The Anthropocene Review**, v. 1, n. 1, p. 62-69, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053019613516291>. Acesso em: fev. 2024.

FUTUROS MULTIESPÉCIE

MARCOS, Sylvia. La espiritualidad de las mujeres indígenas mesoamericanas: descolonizando las creencias religiosas. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina (org.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 143-160.

MILLÁN, Moira. **Moira Millán y el concepto de terricidio**. Otras Voces, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/Y7bZlnjsDEw>. Acesso em: fev. 2024.

MILLÁN, Moira. Terricidio, fronteras y pandemia. In: ZIBECHI, Raúl; MARTÍNEZ, Edgars (org.). **Repensar el Sur: las luchas del pueblo mapuche**. Guadalajara: CLACSO; Editorial Retos, 2020. p. 45-54.

MOORE, Jason W. **El capitalismo en la trama de la vida: ecología y acumulación de capital**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

MULLIN, Molly H. Mirrors and windows: sociocultural studies of human-animal relationships. **Annual Review of Anthropology**, v. 28, p. 201-224, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.28.1.201>. Acesso em: fev. 2024.

NOSKE, Barbara. **Beyond boundaries: humans and animals**. Montreal; New York: Black Rose Books, 1997.

PAIVA, Rosalía. Feminismo paritario indígena andino. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina (Org.). **Tejiendo de otro modo: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014. p. 295-308.

PATTERSON, Charles. **¿Por qué maltratamos tanto a los animales?** Un modelo para la masacre de personas en los campos de exterminio nazis. Lleida: Milenio, 2009.

PONCE, Juan José; PROAÑO, David. Reflexiones animalistas desde el Sur. In: CALLE, Antonella; PONCE, Juan José (Org.). **La naturaleza con derechos: reflexiones animalistas desde el Sur**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2020. p. 23-44.

REINA-ROZO, Juan David. Futuros, especulaciones y diseños para otros horizontes posibles. **Andamios**, v. 20, n. 51, p. 195-221, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.29092/uacm.v20i51.974>. Acesso em: fev. 2024.

RIECHMANN, Jorge. **Todos los animales somos hermanos: ensayos sobre el lugar de los animales en las sociedades industrializadas**. Granada: Universidad de Granada, 2006.

SMART, Alan. Critical perspectives on multispecies ethnography. **Critique of Anthropology**, v. 34, n. 1, p. 3-7, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0308275X13510749>. Acesso em: fev. 2024.

FUTUROS MULTIESPÉCIE

SMART, Alan; SMART, Josephine. **Posthumanism: anthropological insight**. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

SVAMPA, Maristella. El Antropoceno como diagnóstico y paradigma: lecturas globales desde el Sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 24, n. 84, p. 33-54, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/279/27961130004/27961130004.pdf>. Acesso em: fev. 2024.

SWANSON, Heather Anne. Methods for multispecies anthropology: thinking with salmon otoliths and scales. **Social Analysis**, v. 61, n. 2, p. 81-99, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/sa.2017.610206>. Acesso em: fev. 2024.

TSING, Anna L. **La seta del fin del mundo**: sobre la posibilidad de vida en las ruinas del capitalismo. Madrid: Capitán Swing, 2021.

ULLOA, Astrid. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos**, n. 54, p. 58-73, 2017. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/1740>. Acesso em: fev. 2024.

VALENCIA GARCÍA, Guadalupe. Principios epistémicos y metáforas fecundas: una propuesta para el análisis transdisciplinario del tiempo social. **Acta Sociológica**, n. 49, p. 101-124, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/ras/article/view/18706/17756>. Acesso em: fev. 2024.

VALENCIA GARCÍA, Guadalupe; CONTRERAS ROMÁN, Raúl H. Los sueños humildes: por una socioantropología de los futuros vividos. **Revista de la Universidad de México**, p. 37-43, 2020. Disponível em: <https://www.revistadelauniversidad.mx/articles/eced3af2-7cce-448b-80a3-e19702e4aede/los-suenos-humildes>. Acesso em: fev. 2024.

VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Úrsula. Multispecies studies: cultivating arts of attentiveness. **Environmental Humanities**, v. 8, n. 1, p. 1-23, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/22011919-3527695>. Acesso em: fev. 2024.

VARELA TREJO, David A. Mi gran compañera: la familia multiespecie y las potencias del afectar. **Tabula Rasa**, n. 49, 2024. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero49/mi-gran-companera-la-familia-multiespecie-y-las-potencias-del-afectar/>. Acesso em: fev. 2024.

VARGAS GARCÍA, Berenice. Blanquidad, animalidad y brujería zoológica: un acercamiento a Aph Ko y Syl Ko desde el sur global. **Tabula Rasa**, n. 45, p. 49-72, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25058/20112742.n45.03>. Acesso em: fev. 2024.



Esta é uma TRADUÇÃO publicada em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.

FUTUROS MULTIESPÉCIE